

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.310, DE 2004

Estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população e dá outras providências.

Autor: Deputado EDUARDO PAES

Relator: Deputado REMI TRINTA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei epigrafado, de autoria do Deputado Eduardo Paes, tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para as ações de educação nutricional e segurança alimentar e nutricional, como a universalidade de acesso e atendimento; a garantia da segurança e da qualidade dos produtos e da prestação de serviços; a assistência científica e técnica com profissionais especializados em nutrição e processo informativo e educativo nutricional junto à população.

Determina que as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar são um direito da população e têm como objetivo a promoção, a manutenção e a recuperação da saúde e a prevenção de doenças, devendo-se dar prioridade à população infanto-juvenil, gestantes, lactantes e idosos portadores de doenças crônicas não-transmissíveis.

Define uma série de diretrizes a serem observadas no desenvolvimento de programas voltados à necessidade alimentar e nutricional da população, bem como o encaminhamento de dados nutricionais por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios para o Governo Federal, os quais devem ser tomados para fins de planejamento e avaliação desses programas.

O Ministério da Educação deverá incluir no parâmetro nacional de ensino, como tema transversal, noções básicas sobre nutrição. O Projeto define, ainda, alguns temas que deverão ser tratados dentro dos projetos educacionais.

O Ministério da Saúde regulamentará as cantinas escolares, definindo os alimentos cuja comercialização deva ser proibida nesses espaços, bem como determina que caberá à vigilância sanitária fiscalizar o cumprimento do regulamento.

Faculta aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a criação, por meio de leis, de planos de alimentação e nutrição, que englobem as estratégias e prioridades locais e que estejam em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos na lei.

O Autor alega que é necessário regulamentar princípios e diretrizes para ações voltadas às necessidades alimentares e nutricionais da população e aponta a escola como a melhor opção, dentro da comunidade, para se conseguir amplo alcance em termos do aprendizado de hábitos alimentares saudáveis.

O Projeto foi analisado e aprovado pela Comissão de Educação e Cultura e veio para ser apreciado por esta Comissão de Seguridade Social e Família, sem que tenham sido apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em comento tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para as ações de educação nutricional e segurança alimentar e nutricional.

No entanto, muitos dispositivos, em realidade, determinam a realização de ações programáticas, definindo atribuições para o Poder Executivo federal, estadual e municipal, não se constituindo como princípios ou diretrizes

propriamente. É o caso da assistência científica e técnica por parte de profissionais especializados em nutrição e o processo informativo e educativo nutricional junto à população, os quais, a nosso ver, não se configuram como princípios, mas sim como questões programáticas. Naquilo que, de fato, constitui o objeto da Proposição, ela apenas repete os princípios já consagrados em outros diplomas legais para as políticas sociais públicas, como o princípio da universalidade e igualdade de acesso.

Enquanto integrante da política de saúde, as políticas de alimentação e nutrição devem-se pautar pelos princípios e diretrizes já previstos na Constituição Federal e nas normas legais disciplinadoras do SUS – a Lei Orgânica da Saúde. O art. 196 da Constituição determina que *“a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*. Portanto, achamos redundante e desnecessário editar uma lei para estabelecer os mesmos princípios e objetivos para as políticas nutricionais.

Em relação às diretrizes, também encontramos problemas, inclusive em relação à clareza e sentido das formulações feitas. Também, aqui, há itens que se confundem com ações programáticas.

Outro ponto a considerar é quanto à pertinência de estabelecerem normas de controle específicas dentro de uma norma que se pretende que seja genérica, definidora de princípios e diretrizes. É o caso de determinar que o Ministério da Saúde regulamente as cantinas escolares. Cremos que o Projeto está sendo bastante parcial e seletivo ao determinar a regulamentação de apenas um dos problemas que interferem nos hábitos alimentares do público infanto-juvenil, omitindo-se sobre outras questões igualmente relevantes, como a merenda escolar e a veiculação de propagandas sobre alimentos destinados a esse público, por exemplo. E o Projeto apenas remete para o Executivo a obrigação da regulamentação, sem propor medidas concretas.

Pelas razões expendidas, manifestamos, quanto ao mérito,
voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.310, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado REMI TRINTA
Relator

2005_8440_Remi Trinta_196

1A5B803100 *1A5B803100*